

# DIÁLOGOS COM O PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (2019): CONTRAPALAVRAS

## DIALOGUES WITH *PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO* (2019): COUNTER-WORDS

**Cláudia Maria Mendes Gontijo**

*Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
clammgont@gmail.com*

**Janáina Silva Costa Antunes**

*Professora do Ensino Básico e Diretora do Centro de Educação Infantil (Criarte/UFES)  
janaina.antunes8@gmail.com*

Este ensaio tem por objetivo dialogar com a Política Nacional de Alfabetização instituída pelo Decreto n.o 9.765, de 11 de abril de 2019, no que diz respeito ao modo como define metodologias de pesquisa que são adequadas para subsidiar as políticas públicas de alfabetização. Desse modo, tomaremos como objeto de análise o texto denominado *PNA: Política Nacional de Alfabetização*, publicado em 2019, no portal do Ministério da Educação (MEC). O caderno virtual disponibilizado tem 49 páginas, incluindo o referido Decreto e as referências bibliográficas.

O art. 1o do Decreto n.o 9.765 determina que: “A alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas”. O disposto nesse artigo precisa ser problematizado, porque está ligado diretamente às pesquisas elencadas nas referências e, portanto, aos modos como são delineados o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. O termo *evidência*, repetido várias vezes ao longo do texto, pode significar, conforme dicionário *online* de Português, “Caráter do que é evidente, manifesto, do que não deixa dúvidas; prova”. Tendo em vista esses significados, podemos questionar: quais pesquisas, no campo da alfabetização, são baseadas em evidências científicas e, por isso, podem ser tomadas para orientar políticas nacionais de alfabetização?

Na visão dos/as especialistas colaboradores/as do MEC para que uma pesquisa possa ser considerada válida para subsidiar políticas públicas de alfabetização, seria necessário observar “a análise da metodologia dos estudos”; “a análise da qualidade dos dados”; “o respaldo da comunidade científica” e; “o uso de metanálises” (BRASIL, 2019, p. 20). De acordo com o primeiro critério, são indiscutíveis as pesquisas que utilizam *desenho experimental* e envolvam grupos de controle. Nesse caso, podemos depreender que estudos que empregam

metodologias diferentes das experimentais não possuem a devida credibilidade. Tal posicionamento é questionável, porque discrimina resultados de pesquisas muito importantes realizadas por pesquisadores e pesquisadoras tanto em nível nacional como internacional no campo da alfabetização.

Com relação a esse aspecto também é necessário salientar que, mesmo a partir da década de 1990, quando o construtivismo no campo da alfabetização se tornou a teoria que amparou as políticas curriculares e de formação de professoras alfabetizadoras, resultados de pesquisas experimentais foram usados para ancorar as políticas públicas nesse campo. Sendo assim, podemos ainda perguntar: há pesquisas mais experimentais do que outras? Acreditamos que, para essa pergunta, não há resposta satisfatória, mas a sua formulação permite um entendimento do que, na realidade, o MEC e seus colaboradores e colaboradoras pretendem com a valorização de pesquisas baseadas em evidências científicas em detrimento, por exemplo, de pesquisas qualitativas.

Em nossa opinião, no que diz respeito às pesquisas científicas, a questão não é teórica e nem metodológica. A questão é política, ou seja, em como o Estado, em detrimento do seu caráter público, passa a privilegiar empresas privadas (que se dizem sem fins lucrativos) do campo educacional e, especificamente, no campo da alfabetização, promovendo a privatização da educação e da alfabetização. Como Adrião (2018, p. 8), entendemos que o termo *privatização* também é o mais apropriado para explicar o que está evidenciado na política nacional de alfabetização, pois:

Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases – N° 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro.

Entendida desse modo, a referência à validade das pesquisas integra um processo que visa, em primeiro lugar, à desqualificação de investigações produzidas no meio acadêmico educacional brasileiro e estrangeiro que ancoraram as propostas curriculares e os programas de formação de docentes alfabetizadoras de governos anteriores e, em segundo lugar, mas não menos importante, como subterfúgio para dar continuidade ao projeto de privatização/subordinação da educação básica aos interesses privados. Historicamente, lemos nos textos oficiais e ouvimos dos gestores que assumem a direção do MEC a mesma narrativa: são baixos os índices de alfabetismo no Brasil; a escola pública tem sido incompetente na tarefa de alfabetizar as crianças; o Brasil tem sido incapaz de utilizar resultados de pesquisas que têm sido utilizados em países desenvolvidos para melhorar os índices de alfabetismo etc. Como consequência desse discurso, as empresas privadas, sem que as repercussões de sua atuação sejam submetidas a quaisquer tipos de avaliação,

têm respondido às chamadas para atuar na resolução dos problemas da alfabetização, recebendo, para isso, gordas fatias dos orçamentos públicos destinados à alfabetização de crianças, como mostra a Figura 1, retirada do Relatório de Gestão do MEC, Secretaria de Educação Básica, do ano de 2009.

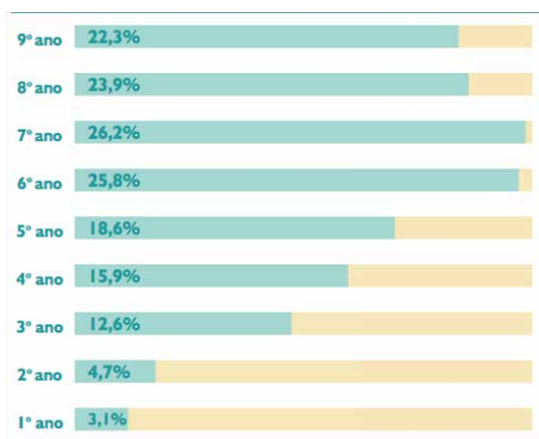
**Figura 1** – Quadro demonstrativo de municípios atendidos pelos programas de correção de fluxo (2009)

Contratados	Municípios		Alunos		Custo Total R\$	Custo p/ 2009 R\$			Custo p/ 2010 R\$	valor / aluno R\$
						Ação 8602	Ação 0509	Total		
Ayton Senna	526	45%	336.048	40%	31.502.138,00	3.946.400,00	11.804.669,00	15.751.069,00	15.751.069,00	93,74
Alfa e Beto	404	34%	294.178	35%	24.980.000,00	3.946.400,00	8.543.600,00	12.490.000,00	12.490.000,00	84,91
Geempa	249	21%	203.089	24%	17.465.654,00	2.036.334,55	6.696.492,45	8.732.827,00	8.732.827,00	86,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.179</b>	<b>100%</b>	<b>833.315</b>	<b>100%</b>	<b>73.947.792,00</b>	<b>9.929.134,55</b>	<b>27.044.761,45</b>	<b>36.973.896,00</b>	<b>36.973.896,00</b>	

Fonte: Relatório de Gestão MEC/SEB, 2009.

Se pensarmos que a correção do fluxo escolar é um problema cuja solução tem sido entregue às empresas privadas, podemos acreditar, com base nas evidências, que essa atuação não tem contribuído decisivamente para, por exemplo, melhorar as taxas de distorção idade/série. A PNA aponta, com base em dados do Censo de 2018, a despeito da intervenção de empresas ao longo de décadas, o crescimento dessas taxas, a partir do 3º ano do ensino fundamental, conforme mostra o Gráfico retirado do caderno disponibilizado pelo MEC:

**Figura 2** – Distorção idade/série no ensino fundamental – Censo 2018



Fonte: BRASIL. PNA: Plano Nacional de Alfabetização, 2019.

Diante desse quadro, podemos confiar nas possibilidades de as empresas privadas resolverem problemas relacionados à alfabetização de crianças? Com suporte nessas evidências, parece difícil criar expectativas positivas. Pelo contrário, é necessário questionar esse *velho* canto (de sereia), pois, se os índices

de alfabetismo no Brasil são baixos, eles são devidos também à atuação da iniciativa privada que tem prestado serviços ao MEC, com a finalidade de corrigir o fluxo escolar e, por conseguinte, sanar dificuldades relacionadas com adistorção idade/série.

É necessário explicar que a questão da privatização se torna essencial para a análise da PNA, porque, desde o início dos anos 2000, o discurso que *reaparece* no caderno dessa política está exposto em materiais e métodos produzidos por empresas privadas, também, no relatório (BRASIL, 2007) elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para discutir e propor rumos para a alfabetização de crianças no Brasil.

No que se refere ao relatório, esse GT ressaltou dois problemas crônicos da educação nacional: “[...] o Brasil não tem conseguido alfabetizar adequadamente, o que compromete o sucesso e afeta a trajetória escolar das crianças de nível socioeconômico mais baixo; e a sua incapacidade [...] de utilizar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação” (GONTIJO, 2014, p. 29). Ao mencionar os dados e as evidências contidas em relatórios nacionais e internacionais, a PNA assinala que:

Em 2003, foi publicado no Brasil o relatório final Alfabetização Infantil: os novos caminhos, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, reeditado em 2007. Nele um grupo de trabalho composto de eminentes cientistas, especialistas e pesquisadores apresentou conclusões importantes, sendo a principal delas a de que as políticas e as práticas de alfabetização no país – incluindo a formação de professores alfabetizadores – não acompanharam o progresso científico e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita (BRASIL, 2019, p. 16).

A necessidade de o Brasil acompanhar o progresso científico e metodológico reaparece na PNA, pois, na perspectiva dos/as especialistas colaboradores/as do MEC, as políticas e práticas de alfabetização nacionais têm ignorado esse progresso. Por isso, a PNA “[...] se propõe a assumir e a difundir tais contribuições, ora aprimoradas pelas evidências científicas mais recentes. E uma das mais importantes consiste em adotar um conceito claro e objetivo de alfabetização” (BRASIL, 2019, p. 17), como “[...] o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p. 18). Considerando os limites deste ensaio, não pretendemos discutir esse conceito, mas as pesquisas, no campo da leitura mencionadas na PNA, que têm sido ignoradas.

Essas têm origem no campo da ciência cognitiva e, mais especificamente, na ciência cognitiva da leitura. Conforme escrito no texto da PNA, essa última ciência nasce das denominadas ciências cognitivas, como a neurociência, que estudam

o funcionamento do cérebro humano. Essas ciências (as cognitivas) incluem os processos de aprendizagem da leitura e da escrita e ajudam, de acordo com o registrado no texto, a encontrar meios que facilitam a aprendizagem da leitura e da escrita. Portanto, notadamente, a ciência cognitiva da leitura se dedica, notadamente, aos

[...] processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita e procura responder a perguntas fundamentais: ‘Como funciona o cérebro de quem está aprendendo a ler? Algo nele muda? Como aprendemos a ler?’ (DEHAENE, 2011; SARGIANI; MALUF, 2018) (BRASIL, 2019, p. 20).

As pesquisas elencadas na PNA foram também mencionadas e explicadas no relatório do GT, ressaltando que essas utilizam metodologias baseadas no modelo das ciências exatas e naturais (a experimental). Dessa forma, a citação que segue parece bastante adequada para dialogar com o objeto em análise (a PNA):

[...] o modelo experimental de pesquisa é de fato apropriado às pesquisas nos campos das ciências exatas e naturais. Esse tipo de pesquisa, que exige controle de variáveis, como temperatura, tempo, pressão do ar, etc., tem proporcionado avanços importantes nesses campos. Entretanto, nas ciências exatas, conforme assinala Bakhtin (2003, p. 400), há um intelecto que procura conhecer uma coisa, um objeto e não outros sujeitos, ou seja, [...] o intelecto contempla uma coisa e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a coisa muda’. No caso das ciências humanas, o que se contrapõe ao sujeito cognoscente (contemplador) é outro sujeito. Sua memória, pensamento, atenção e interesse, que se manifestam por meio da linguagem, não podem ser controlados ou isolados facilmente. Sendo assim, não há que se considerar superiores ou melhores as pesquisas que concebem as crianças, os sujeitos, apenas como coisas, como objetos a serem conhecidos. Elas não são! (GONTIJO, 2014, p. 30).

Se ponderarmos que as crianças são sujeitos de direitos e produtoras de discursos, acreditamos que pesquisas com desenho experimental levam à produção de dados relacionados exclusivamente a atos praticados em circunstâncias específicas e, por isso, a sua validade está delimitada pelas circunstâncias em que foram gerados. Contudo, um dos objetivos centrais desse tipo de pesquisa é a busca de generalização que conduz, forçosamente, ao dever-ser, ao dever-agir, ao dever-pensar, de acordo com premissas estranhas aos sujeitos concretos, históricos, responsivos e responsáveis. Como assinala Bakhtin (2010, p. 45): “Eu, que realmente penso e sou responsável pelo ato [akt] do meu

pensar não tenho lugar no juízo teoricamente válido”. Parafraseando o filósofo da linguagem, as crianças que realmente pensam, sentem e agem estão ausentes das teorias que delimitam e limitam suas vidas. Por isso mesmo, no que se refere à PNA, a aprendizagem fica reduzida à aquisição da técnica da escrita.

Nessa perspectiva, aprender a ler e a escrever é uma atividade que produz reciclagens no cérebro, fazendo com que áreas de processamentos fonológico e visual sejam ligadas, gerando capacidade de processamento de um novo aspecto das palavras, “[...] a sua representação ortográfica (identidade ortográfica)” (BRASIL, 2019, p. 26) que, por sua vez, é fundida às identidades que foram formadas no curso do desenvolvimento da fala: “[...] seus sons (identidade fonológica), seus significados (identidade semântica), seus usos em sentenças (identidade sintática) e seus usos sociais (identidade pragmática)” (BRASIL, 2019, p. 26). A teoria psicolinguística da amalgamação é usada para explicar esses processos de fusão de identidades no cérebro humano.

Tais suposições excluema criança surda que teria, então, seu desenvolvimento mental e linguístico comprometido, pois sua condição impede que se formem, cumulativamente, em seu cérebro, as identidades fonológica, semântica, sintática e pragmática, mas principalmente a primeira identidade, pensada como a base neuronal para a formação das outras identidades. Tomadas como verdades sobre os seres humanos e amparadas em modernas técnicas de mapeamento do cérebro, assim como em pesquisas experimentais, suprimem o que podemos chamar de variáveis indesejáveis: o momento único, a vida, as ações e operações cognitivas singulares que contribuem para explicar os processos de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças. Como assinala Bakhtin (2010, p. 50):

É aterrorizante tudo o que é tecnológico, quando abstraído da unidade singular do existir de cada um e deixado entregue à vontade da lei imanente de seu desenvolvimento; ele pode repentinamente irromper nesta unidade singular da vida de cada um como força irresponsável, deletéria e devastante.

## Referências

ADRIÃO, Thersa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem fronteiras*, v. 18, n.1, p. 8-28, jan. / abr. 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos, SP: Editora Pedro & João, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura.

Grupo de trabalho alfabetização infantil. (2007). *Os novos caminhos: relatório final*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: *Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, Sealf: 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Relatório de Gestão Exercício 2009*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2267&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2267&Itemid=)>. Acesso: 10 nov. 2019.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. *Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais*. São Paulo: Autores Associados, 2014.